

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

**REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Júlio Delgado)**

Requer a convocação do Sr MILTON PASCOWITCH para prestar depoimento a esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no art. 218 do Código de Processo Penal; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. MILTON PASCOWITCH, empresário que atua junto à construtora Engevix, uma das construtoras envolvidas no esquema de desvio de dinheiro nos contratos de obras com a Petrobras, para prestar esclarecimentos à esta CPI na condição de investigado.

JUSTIFICAÇÃO

Preso na quinta-feira, 21 de maio, na 13^a fase da Operação Lava Jato, o empresário Milton Pascowitch é apontado como o responsável por repassar a propina paga pela construtora Engevix nos contratos firmados através da Diretoria de Serviços da Petrobras, então sob responsabilidade de Pedro Barusco. Segundo o ex-diretor, a operação era feita através da empresa Jamp Engenheiros Associados LTDA, de propriedade de Pascowitch.

De acordo com as investigações da Polícia Federal, o dinheiro tinha como destino o Partido dos Trabalhadores (PT) e era viabilizado através de contrato da Jamp com a JD Consultoria, de propriedade do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu. A quantia paga à empresa de Dirceu chegaria a R\$ 1,4 milhão.

Milton Pascowitch foi preso por reiteração criminosa e para garantia da ordem pública. Segundo o Procurador Carlos Fernando Lima, que autorizou a prisão, o empresário continuava realizando movimentações financeiras oriundas das propinas mesmo depois que a Operação Lava Jato foi deflagrada.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. Milton Pascowitch para esclarecimentos a esta Comissão, na condição de investigado, tendo em vista os fatos acima citados decorrentes da Operação Lava Jato, que apura o esquema de corrupção na Petrobras.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**Deputado JÚLIO DELGADO
PSB/MG**